

# O ENSINO E A PESQUISA EM ECONOMIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

João Antonio de Paula\*

---

**Resumo** – A Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG) foi criada em 1941 e reorganizada em 1945. Nos anos 1950 ocorreu uma série de inovações importantes e a FACE constituiu-se em efetivo centro de ensino e pesquisa interdisciplinar no campo das Ciências Sociais Aplicadas. Entre as inovações institucionais significativas a partir de então foi a implantação do sistema de bolsas de estudos, a adoção do regime de tempo integral para o corpo docente e a criação das revistas no âmbito da FACE, que veicularam temas importantes da realidade brasileira. A partir de 1967, implantou-se a pós-graduação em economia. Ao longo de mais de 60 anos de vida institucional, o ensino e a pesquisa em economia na UFMG buscaram se apropriar dos avanços teóricos e metodológicos alcançados pela área.

**Palavras-chave** – Ensino de economia. Universidade Federal de Minas Gerais.

**Abstract** – The FACE (Faculty of Economics) at the UFMG (Federal University of Minas Gerais, Brazil) was founded in 1941 and reorganized in 1945. The College became in the 1950s a center of education and interdisciplinary research in the applied social sciences, and introduced a series of important innovations such as the creation of the “Sistema de Bolsas de Estudo” (a scholarship program for full-time undergraduate students) and the adoption of full-time contracts for faculty. The journals edited at the FACE were also significant initiatives and discussed important issues on the Brazilian society. A graduate program was established in 1967. For more than 60 years, the economics education and the research at the FACE kept up with theoretical and methodological advances in the social sciences.

**Key words** – Teaching of Economics. Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia (FACE). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**JEL Classification** – A20, Economics Education and Teaching of Economics.

---

## 1 Introdução

O ensino superior de Economia no Brasil foi capítulo do processo geral da modernização econômica e institucional, que o País viveu após 1930. Se isto é verdade, não menos acertado é reconhecer que as determinações gerais decorrentes das grandes linhas de força do desenvolvimento brasileiro tiveram rebatimentos regionais específicos, isto é, foram absorvidos, aclima-

---

\* Professor FACE/UFMG e pesquisador do CEDEPLAR/MG.

<b>ANÁLISE</b>	Porto Alegre	v. 17	n. 2	p. 329-344	jul./dez. 2006
----------------	--------------	-------	------	------------	----------------

tados em função das circunstâncias e características histórico-culturais de cada região, confirmando o que se sabe sobre as especificidades regionais do desenvolvimento brasileiro. Neste sentido, tanto o ritmo, quanto a forma e o próprio conteúdo do processo de implantação do ensino superior de Economia no Brasil terão singularidades regionais; e estas singularidades estão longe da linearidade sendo, sobretudo, processos complexos, em que interagem, em determinações recíprocas, tanto aspectos político-institucionais e econômicos, quanto o referente ao próprio desenvolvimento da disciplina, que também neste período, pós-1930, experimentou importantes transformações.

Nesse contexto, o presente artigo busca fixar o essencial do itinerário da história, no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais, do ensino e da pesquisa em Economia, história iniciada em 1941 e que reflete aspectos decisivos do desenvolvimento de Belo Horizonte, de Minas Gerais e do Brasil.

## **2 A evolução institucional**

A Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais foi fundada em 20 de dezembro de 1941, com o nome de Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Minas Gerais, sendo reorganizada em 5 de março de 1945. Entre 1941 e 1945 a Faculdade ministrou curso superior de Administração e Finanças, conforme o disposto no Decreto 20.158, de 30 de junho de 1931, que visava formar, em 3 anos, a um só tempo – “agentes consulares, economistas, financistas, técnicos para o serviço público e administradores de empresas, não atendendo, entretanto, na realidade, à formação adequada de técnicos para qualquer dessas especialidades. Denominando-se “Curso de Administração e Finanças”, conferia o diploma de Bacharel em Ciências Econômicas” (Pinto, 1963, p. 15).

Foi sob este estatuto que, em 14 de dezembro de 1944, colou grau a primeira turma de bacharéis em ciências econômicas e administrativas, evento que foi noticiado pelo jornal Estado de Minas que transcreveu tanto trechos do discurso do orador da turma, quanto do paraninfo, o Dr. Américo René Giannetti, então presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais. A matéria em pauta dá notícia das transformações que a Faculdade estaria promovendo, dizendo – “O instituto criado recentemente em Belo Horizonte passará em breve por grandes transformações, de maneira a transformar-se em verdadeiro estabelecimento modelo. Essa reforma da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Minas Gerais obedecerá ao padrão dos institutos de tipo americano, do qual já se aproximam outros estabelecimentos congêneres já existentes no Brasil.”

Estas transformações aludidas pela matéria resultarão na reorganização da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Minas Gerais, em 5/3/1945. Neste mesmo ano de 1945 o ensino da Economia no Brasil será

profundamente alterado com a imposição do Decreto-Lei 7.988, de 22 de setembro de 1945, que vai, efetivamente, estabelecer as condições para a criação no país do Curso Superior de Ciências Econômicas diplomando bacharéis em Ciências Econômicas e bacharéis em Ciências Contábeis e Atuariais.

A antiga Faculdade, que funcionou entre 1941 e 1945, teve como seus fundadores e primeiros dirigentes os seguintes professores: Olegário Memória de Oliveira, Aguinaldo Sérvulo Botelho, João Franzen de Lima, Carlos Horta Pereira, José Monteiro de Castro, Abel Fagundes, José de Castro e Joakim Sena Jerônimo. Reorganizada em 1945, a Faculdade foi dirigida, de 5/3/1945 ao final de 1945, pelo professor Emílio Guimarães Moura, grande poeta do modernismo mineiro, que renunciou ao cargo para ocupar função no Governo do Estado.

A nova Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Minas Gerais estabeleceu, em seus estatutos, uma nova estrutura administrativa que mandava criar um Conselho Superior Administrativo, que foi constituído pelos seguintes membros: Dr. Sandoval Soares de Azevedo, Presidente; Dr. Antonio Mourão Guimarães, Vice-Presidente; doutores Juscelino Kubitschek de Oliveira, Christiano França Teixeira Guimarães, Francisco Balbino Noronha Almeida, José Martins Prates, Clemente de Faria, Edward Nogueira, Waldomiro Magalhães Pinto, Oscar Negrão de Lima, Djalma Pinheiro Chagas, Paulo Gontijo, Américo René Gianetti, Caetano Vasconcelos, Lincoln Moreira dos Santos Penna e Olegário Memória de Oliveira e pelos representantes da Congregação da Faculdade respectivamente os professores Emílio Guimarães Moura, Diretor, e Rodolfo de Abreu Bhering, Vice-Diretor.

Por Resolução do dia 10/11/1945 a Congregação da Faculdade, por instâncias do Decreto 7.988, que extinguiu o Curso Superior de Administração e Finanças, designou os seguintes professores catedráticos e suas respectivas disciplinas: *Complementos de Matemática* – professor Joakim Senna Jerônimo; *Economia Política* – professor Yvon Leite de Magalhães Pinto; *Contabilidade Geral* – professor João Antônio Taranto; *Instituições de Direito Público* – professor Francisco de Sales Oliveira; *Estrutura das Organizações Econômicas* – professor Osório da Rocha Diniz; *Moeda e Crédito* – professor Waldemar Gontijo Maciel; *Geografia Econômica* – professor Oswaldo de Abreu Junqueira; *Estrutura e Análise de Balanços* – professor José de Castro; *Instituições de Direito Privado* – professor Carlos Horta Pereira; *Repartição da Renda Social* – professor Abel Fagundes; *Comércio Internacional e Câmbios* – professor Aníbal Vaz de Melo; *Estatística Metodológica* – professor João Dias Pereira Gomes; *História Econômica* – Rodolfo de Abreu Bhering; *Ciências das Finanças* – professor Francisco de Assis Castro; *Ciência da Administração* – professor Aguinaldo Sérvulo Botelho; *Evolução da Conjuntura Econômica* – professor Geraldo Fonseca; *Política Financeira*, professor José de Magalhães Pinto; *História das Doutrinas Econômicas* – professor Emílio Guimarães Moura; *Estudo Comparado dos Sistemas Econômicos* –

professor Petrônio de Assis Fonseca; *Estatística Econômica* – professor Leo de Oliveira Santos; *Princípios de Sociologia Aplicada à Economia* – professor Arduino Bolivar. Eram estas as disciplinas estabelecidas pelo decreto 7.988 para compor o *Curso de Ciências Econômicas*, que seria cursado em quatro anos.

Falando destes primeiros tempos Yvon Leite de Magalhães, que assumiu a direção da Faculdade em 9/3/1946, e foi, certamente, seu mais importante dirigente, deu notícia das dificuldades, dos enormes desafios que pesavam sobre a Faculdade no sentido de sua efetiva transformação em instituição de ensino superior. As dificuldades enfrentadas então eram, basicamente, de duas ordens – as materiais decorrentes da precariedade das instalações e mobiliário da Faculdade, que funcionava num “prédio velho, antiga pensão, à Rua Guajajaras, esquina da Rua Espírito Santo, prédio esse alugado de parceria com um ginásio particular, que nele funcionava pela manhã e à tarde” (Pinto, 1963, p. 19). Contudo, o grande desafio era a própria formação dos professores, que em grande parte não tinham se qualificado para o ensino de disciplinas que exigiam formação específica. Disse Yvon Leite de Magalhães Pinto, quando do discurso como paraninfo, em 1954 – “Os obstáculos a vencer, eram realmente grandes. Tivemos que começar por nos formar, a nós mesmos, transformando-nos em professores, num difícil e penoso autodidatismo. Tivemos que promover a obtenção dos recursos materiais indispensáveis a qualquer realização” (Pinto, 1954, p. 196).

A Faculdade prosperou, tanto material, quanto academicamente, e foi decisivo neste processo de melhoramento – a ação do professor Yvon Leite de Magalhães Pinto, polêmico administrador, a quem ninguém poderá negar dedicação e espírito público, iniciativa e coragem. Da pequena sede na Rua Guajajaras, 496, a Faculdade transferiu-se para a Rua Curitiba, 656, adquirindo ali um andar inteiro, o 5º, do edifício Pirapetinga. Neste endereço, a Faculdade funcionou de 1948 a 1954, quando transferiu-se para sede própria à Rua Curitiba, 832, prédio de 13 andares, onde até hoje funciona.

Ao lado da melhoria das instalações transformou-se, também, a situação institucional da Faculdade, que foi incorporada à Universidade Federal de Minas Gerais, em 17/2/1948, sendo posteriormente, junto com toda a Universidade, federalizada, em 6/12/1945.

As transformações materiais e institucionais da Faculdade acompanharam, neste sentido, tanto o que decorria das mudanças trazidas pela modernização brasileira a partir de 1930, quanto os desdobramentos regionais locais deste quadro geral de transformações.

Assim, não será forçado aproximar as vicissitudes do desenvolvimento da Faculdade dos significativos processos de modernização-urbanização-industrialização vividos por Belo Horizonte e Minas Gerais naqueles anos de 1940 e 1950. Destaquem-se, neste sentido: (1) o governo JK na Prefeitura de Belo Horizonte, entre 1940 e 1945, e suas importantes iniciativas nos campos urbanístico (a construção do Conjunto da Pampulha), cultural (a criação do

Museu Histórico da cidade, da Orquestra Sinfônica, da Escola de Arte dirigida por Guignard), no campo econômico-social com os armazéns reguladores e restaurantes populares; (2) a instalação, a partir de 1941, da Cidade Industrial de Contagem; (3) as iniciativas de planejamento econômico decorrentes do governo Milton Campos; (4) o governo JK (1951-1955) e a intensificação da industrialização de Minas Gerais, seja no campo da energia (CEMIG) e dos transportes (DER), seja no incentivo aos grandes projetos industriais como foi o caso da Mannesmann, instalada em Belo Horizonte, em 1954.

A Faculdade tanto refletiu, quanto incidiu e contribuiu para o desenvolvimento urbano e industrial de Belo Horizonte e de Minas Gerais. Entre seus professores, figuraram alguns dos nomes significativos da vida econômica, política e cultural de Minas Gerais. Se foi majoritária, na Faculdade, a presença de lideranças ligadas à UDN, como José de Magalhães Pinto, José Monteiro de Castro, Carlos Horta Pereira, Guilherme Machado, também lideranças do PSD participaram da vida da Faculdade como foi o caso de Lucas Lopes, que foi professor da Instituição, e de Juscelino Kubitschek, que participou do primeiro Conselho Superior Administrativo da Faculdade.

Instituição plural e ecumênica, a Faculdade teve entre seus colaboradores e amigos tanto os banqueiros da terra, que eram muitos então, quanto industriais e políticos. Não se esqueçam, também, os nomes de grandes intelectuais, como o poeta Emílio Moura, o latinista Arduíno Bolívar, que trouxeram para a Faculdade uma nota de erudição e amplitude cultural, que lhe conferiram especificidade.

No específico do ensino e da pesquisa em Economia é preciso sublinhar que os anos de implantação, consolidação e expansão da Faculdade, as décadas de 1940, 1950 e 1960 foram anos de grandes mudanças teóricas e metodológicas, a saber: (a) a vertiginosa hegemonia do pensamento keynesiano; (b) a consolidação da “síntese neoclássica” plasmada, em termos de ensino de graduação em Economia, com o livro de Paul Samuelson, que teve sua primeira edição em português em 1952; (c) a descoberta do fenômeno do subdesenvolvimento e a emergência de tentativas de captar o específico do subdesenvolvimento e a busca de sua superação seja a partir da Cepal, seja a partir das teses de Hirshmann, Lewis e Myrdal, entre outros.

As marcas deste percurso podem ser vistas no Quadro 1, que dá conta da evolução da grade curricular do curso de Economia da Faculdade, de 1945 a 1970, momento em que, efetivamente, completou-se o processo de assimilação da modernização teórico-metodológica ditada então pela academia norte-americana.

**Quadro 1 – Evolução da grade curricular do curso de Economia  
A – 1945**

1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
1. Complementos de Matemática	1. Estrutura das Organizações Econômicas	1. Repartição da Renda Social	1. Evolução da Conjuntura Econômica
2. Economia Política	2. Moeda e Crédito	2. Comércio Internacional	2. Política Financeira
3. Contabilidade Geral	3. Geografia Econômica	3. Estatística Metodológica	3. História das Doutrinas Econômicas
4. Instituições de Direito Público	4. Estrutura e Análises de Balanços	4. História Econômica	4. Ensino Comparado de Sistemas Econômicos
	5. Instituições de Direito Privado	5. Ciência das Finanças	5. Estatística Econômica
		6. Ciência da Administração	6. Princípios de Sociologia Aplicados à Economia

**B – 1955**

1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
1. Complementos de Matemática	1. Estruturas das Organizações Econômicas	1. Repartição da Renda social	1. Evolução da Conjuntura Econômica
2. Economia Política	2. Valor e Formação de Preços I	2. Comércio Internacional e Câmbios	2. Política Financeira
3. Instituições de Direito Público	3. Moeda e Crédito	3. Estatística Metodológica	3. História das Doutrinas Econômicas
4. Ciência da Administração	4. Geografia Econômica	4. História Econômica Geral e do Brasil	4. Estudo Comparado de Sistemas Econômicos
	5. Estrutura e Análise de Balanços	5. Ciência das Finanças	5. Estatística Econômica
	6. Instituições de Direito Privado	6. Valor e Formação de Preços II	6. Princípios de Sociologia Aplicados à Economia

**C – 1957**

1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
1. Análise Matemática e Geometria Analítica	1. Estrutura das Organizações Econômicas	1. Repartição da Renda Social	1. Evolução da Conjuntura Econômica
2. Economia Política	2. Valor e Formação de Preços I	2. História Econômica Geral e do Brasil	2. Política Financeira
3. Contabilidade Geral	3. Moeda e Crédito	3. Valor e Formação de Preços II	3. História das Doutrinas Econômicas
4. Ciência da Administração	4. Estatística Metodológica	4. Estatística Econômica	4. Estudo Comparado de Sistemas Econômicos
5. Geografia Econômica	5. Estrutura e Análise de Balanços	5. Ciência das Finanças	5. Programação Econômica
6. Instituições de Direito Público	6. Instituições de Direito Privado	6. Comércio Internacional e Câmbios	6. Princípios de Sociologia Aplicados à Economia
	7. Complementos de Matemática		

**D – 1962**

1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
1. Introdução à Economia	1. História do Pensamento Econômico	1. Estatística II (Econômica)	1. Finanças Públicas
2. Matemática I	2. Matemática II	2. Economia Internacional	2. Projetos II
3. Contabilidade	3. Estatística I (Metodológica)	3. Moeda e Bancos	3. Política e Programação Econômica
4. Introdução à Administração	4. Análise Microeconômica I (Interpretação de Balanços)	4. Contabilidade Nacional e Teoria da Renda e do Emprego	4. Análise Microeconômica II (Finanças de Empresas e Técnica Comercial)

1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
5. Instituições de Direito Público e Privado	5. Análise Microeconômica II (Custos)	5. Análise Microeconômica III (Preços)	5. Análise Macroeconômica (Modelos Econômicos e Conjuntura Econômica)
6. Geografia Econômica	6. História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil	6. Projetos I	6. Economia Regional
	7. Sociologia	7. Sociologia Econômica	

#### E – 1970

1ª PERÍODO	2ª PERÍODO	3ª PERÍODO	4ª PERÍODO
1. Matemática I	1. Matemática II	1. Matemática Comercial e Financeira	1. História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil I
2. Administração (Introdução à Administração – Teoria Geral da Administração)	2. Instituições de Direito Privado II (Direito Comercial)	2. Estatística II	2. Estatística Aplicada à Economia
3. Instituições de Direito Público	3. Economia II (Teoria Econômica II)	3. Análise Microeconômica I (Análise de Balanços)	3. Análise Microeconômica II (Teoria do Consumidor e da Produção)
4. Instituições de Direito Privado (Direito Civil)	4. Estatística I (Introdução à Estatística)	4. Sociologia	4. Moeda e Bancos I
5. Economia I (Introdução à Economia – Teoria Econômica I)	5. Contabilidade Geral	5. Geografia Econômica	5. Análise Microeconômica III (Custos)



6. Psicologia			
5ª PERÍODO	6ª PERÍODO	7ª PERÍODO	8ª PERÍODO
1. História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil II	1. Economia Internacional I	1. Economia Internacional II	1. Economia Brasileira
2. Análise Microeconômica IV (Teoria dos Preços)	2. História do Pensamento Econômico I	2. Programação Econômica	2. Economia Matemática
3. Moeda e Bancos II	3. Conjuntura Econômica (Teoria do Desenvolvimento)	3. História do Pensamento Econômico II	3. Sistemas Econômicos Comparados
4. Teoria e Repartição da Renda e Contabilidade Nacional	4. Finanças Públicas	4. Sociologia Aplicada à Economia	4. Pesquisa Operacional em Economia
5. Projetos	5. Introdução à Econometria	5. Política Econômica	
	6. Economia Regional*	6. Análise Microeconômica V (Finanças das Empresas)*	

\* Disciplinas optativas.

Fonte: Livros de Atas da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG.

Desde logo, não é ocioso lembrar que as mudanças curriculares, as transformações das referências, temáticas, objetivos e conteúdos efetivos do ensino e da pesquisa em Economia, como de resto de qualquer disciplina, no campo das Ciências Sociais, não são puramente marcadas por determinações científicas e neutras, sendo, sempre, o resultado de complexas interações entre teoria e interesses historicamente constituídos. Assim, há que se reconhecer a dinâmica da evolução curricular do ensino de Economia, como processo, a um só tempo, teórico, político e ideológico.

### 3 Especificidades do ensino de Economia na UFMG

Cada instituição é um complexo de determinações gerais, abstratas, universais a que se somam, cruzam e redefinem idiosincrasias e peculiaridades, em tudo distantes do racional-legal. Assim, vivendo um mesmo tempo, diante das mesmas implicações gerais, cada instituição reagirá, à sua

maneira, tão singularmente, quanto singulares são os indivíduos, suas culturas e interesses.

Neste texto, assume-se que a história da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, sua singularidade institucional deriva de três aspectos principais, de nenhum modo distinguíveis dos indivíduos concretos que os protagonizaram: (1) em primeiro lugar é de se destacar as inovações institucionais expressas tanto numa política pró-ativa de renovação e formação de pessoal docente, quanto na pioneira iniciativa da criação de um sistema de Bolsa de Estudos para alunos de graduação, em 1954; (2) o segundo aspecto a ser realçado é a criação de um efetivo ambiente interdisciplinar, de ensino e pesquisa, na medida em que a Faculdade abrigou os seguintes cursos: Economia, Ciências contábeis, Ciências atuariais, Administração pública, Administração de empresas e Sociologia e política; (3) o terceiro aspecto diz respeito à significativa aderência das atividades de ensino e pesquisa, desenvolvidos no âmbito da Faculdade, às grandes questões nacionais naqueles anos em que era forte a convicção na capacidade das técnicas de planejamento e programação econômica de contribuírem para a construção do desenvolvimento econômico. Sobretudo este último aspecto está bem representado no Quadro 1, a partir de 1957, quando são introduzidas disciplinas como Programação Econômica; Projetos I e II; Política e Programação Econômica; Pesquisa Operacional em Economia; Economia Regional.

No referente à política de pessoal docente foi decisiva a medida adotada pela Faculdade, por proposta do Diretor, Yvon Leite de Magalhães Pinto, de contratar 20 Assistentes de Ensino, entre jovens profissionais qualificados, iniciando-os na docência e incentivando-os a se capacitarem mediante a submissão a concurso de títulos e provas para a docência livre. Esta política, na prática, interditou a praxe destes assistentes de ensino serem indicados pelos catedráticos entre seus filhos, sobrinhos, genros, amigos, etc. como era comum em outras Faculdades. Entre os Assistentes de Ensino, que entraram para a Faculdade nesta condição, estão nomes importantes da universidade brasileira, como são, por exemplo, os professores Francisco Iglésias e Edson Durão Júdice, entre outros grandes nomes.

Contudo, foi, certamente, a criação do Sistema de Bolsa de estudo, em 1954, a mais significativa inovação institucional da Faculdade, inovação que hoje é amplamente difundida, no âmbito nacional, sob a forma do sistema PET. Não há que duvidar que este programa, que chegou a contar com 50 alunos bolsistas, custeados com recursos próprios da Faculdade, explique muito do seu sucesso em formar nomes significativos das Ciências Sociais brasileiras em vários campos.

Criar um ambiente institucional para o ensino e a pesquisa qualificados, criar as bases materiais – espaço físico, biblioteca – reunir alunos e professores dedicados ao ensino e à pesquisa em tempo integral, e um ambiente interdisciplinar, foram os decisivos elementos que permitiram à Faculdade,

em poucos anos, realizar um efetivo de *catching-up* superando a precariedade dos tempos iniciais.

É possível acompanhar a evolução institucional da Faculdade, seu amadurecimento acadêmico, o esforço de atualização teórica e metodológica desenvolvido no campo dos estudos econômicos pela instituição, tanto pelo exame da evolução da estrutura curricular, tal como se apresentou no Quadro 1, quanto pela análise do material publicado por três publicações da Faculdade: a *Revista da Faculdade de Ciências*, que foi editada entre 1952 e 1957; a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, editada entre 1961 e 1966; e a revista *Nova Economia*, editada desde 1990. Nas três publicações, em que pesem as diferenças de contexto, há traço comum importante que é o pluralismo teórico e metodológico, a busca da atualização teórica e a marcante presença dos grandes temas da realidade contemporânea. Assim, ao lado de questões da história econômica, da Economia brasileira e internacional, a *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas* tratou sempre de abordar questões referentes aos métodos quantitativos aplicados às ciências sociais, à Economia em particular, como são os artigos do professor Ruy Lourenço Filho.

Foi o esforço do professor Ruy Lourenço Filho que permitiu que, em 1957, sendo este o segundo ensaio, no Brasil, de utilização do método de Leontief, o IPEMG – Instituto de Pesquisa Econômica de Minas Gerais então, órgão complementar da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, publicasse o trabalho *Relações Interindustriais no Estado de Minas Gerais*, como separata de nº 11 da *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais*. Trabalho que resultou do convênio entre o IPEMG e o Conselho Nacional de Economia, sob orientação inicial do professor Jacques R. Boudeville (IPEMG, 1957).

No caso da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, que teve como grande dirigente o professor Júlio Barbosa, trata-se de publicação que foi a mais significativa do Brasil, em sua época, no campo das Ciências Sociais, tendo também repercussão internacional. A *Revista Brasileira de Ciências Sociais* publicou trabalhos de grandes nomes das ciências sociais do Brasil e de estrangeiros, citem-se alguns: L. A. Costa Pinto, Octávio Ianni, Florestan Fernandes, Júlio Barbosa, Hélio Jaguaribe, Fernando Henrique Cardoso, Simon Schwartzman, Antônio Octavio Cintra, Fábio Wanderley Reis, Vilmar Evangelista Faria, Frank Bonilla, Seymour Martin Lipset. Entre os economistas que publicaram na *Revista*: Fernando Antônio Roquete Reis, Paul Singer, Celso Furtado, Hélio Schlittler Silva, Fábio Lucas, Paulo Haddad, Domicio Figueiredo Murta, François Perroux, Benjamin Higgins, Aníbal Pinto, Raul Prébisch, Werner Baer, Richard Ruggles. Tendo ainda publicado trabalhos de filósofos como José Arthur Giannotti, Álvaro Vieira Pinto, entre outros. Nas páginas da *Revista* foram tratados os temas candentes do desenvolvimento econômico, a distribuição da renda e a inflação, o planejamento e a Economia regional, o debate sobre a cientificidade das ciências sociais.

Esta característica de abertura teórica e metodológica, de efetivos compromissos com o pluralismo, foi mantida na revista *Nova Economia*, que o Departamento de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG publica desde 1990.

Houve nos anos 1950 uma mudança significativa no ensino da Economia. Esta mudança decorreu, de um lado, da própria profissionalização da Economia, sua transformação num campo disciplinar padronizado, que permite exercício profissional reconhecido e regulamentado pelo poder público. De outro lado, o campo da Economia experimentou, nos anos 1950, a plena maturação da “síntese neoclássica” emblematicamente codificada no manual de Paul Samuelson – *Introdução à Análise Econômica*. Este livro, que teve extraordinário sucesso, veio substituir os manuais franceses tradicionais, que até então eram usados, como os de Raymond Barre e Henri Guitton. O manual de Samuelson abriu caminho para a padronização do ensino de Economia a partir da “síntese neoclássica” tal como era entendida pela academia norte-americana. Neste processo ganhou-se em formalização e em operacionalização: o estudo da Economia transformado em manipulação de uma “caixa de ferramentas” de conceitos e métodos tomados como únicos repositórios da racionalidade e da cientificidade.

No essencial, a “síntese neoclássica” e as posteriores versões do *mainstream* significam desqualificar e interditar todas as outras tradições teóricas em Economia: clássica, historicista, institucionalista e marxista, mesmo a keynesiana heterodoxa, com prejuízos importantes para o próprio sentido da instituição universitária, que não pode abdicar da universalidade, da mais abrangente cobertura das variadas matrizes do pensamento científico, artístico e filosófico.

#### **4 Desafios do ensino e da pesquisa em Economia**

O ensino e a pesquisa em Economia na FACE/UFMG, como de resto em todo lugar, buscou adaptar-se aos novos tempos. As reformas curriculares a partir de 1970 buscaram sintonizar o curso ao que era dominante. Ao mesmo tempo buscou-se, sobretudo, no campo da pesquisa reafirmar a identidade da instituição. Foi este o sentido da criação, em 1967, do IDEPLAR, Instituto de Desenvolvimento e Planejamento Regional, como centro de ensino de pós-graduação e pesquisa em Economia, voltado para abordar os aspectos do planejamento e desenvolvimento regional. O IDEPLAR, que depois passou a se chamar CEDEPLAR, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, reafirmou, no essencial, as características básicas do ensino e da pesquisa em Economia tal como foram historicamente praticadas no âmbito da FACE/UFMG como são as permanentes preocupações com os aspectos regionais do desenvolvimento econômico e a necessária mobilização do planejamento como instrumento indispensável ao desenvolvimento econômico.

Da criação do CEDEPLAR participaram professores da FACE/UFMG, que também eram técnicos do BDMG, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, como Fernando Roquete Reis e Élcio Costa Couto e Álvaro Fortes Santiago, e então jovens professores da FACE como Paulo Haddad, José Alberto Magno de Carvalho e Carlos Maurício Carvalho Ferreira. Esta busca de relações entre teoria e política, entre teoria e planejamento tem marcado a vida do CEDEPLAR. De fato, tanto pela ênfase nos estudos regionais, urbanos e ambientais, quanto por abrigar um dos mais importantes centros de ensino e pesquisa em demografia do hemisfério Sul, o CEDEPLAR optou por valorizar temáticas e perspectivas, que têm sido pouco consideradas pelo *mainstream*, com prejuízos importantes para a compreensão da nossa realidade sócio-econômica marcada por desigualdades regionais e pesados déficits sociais.

Trata-se aqui, antes de uma reivindicação paroquial ou corporativa, de reconhecer o caráter histórico-político-social-cultural dos processos sócio-econômicos o que, decisivamente, deve convocar não só perspectiva ampla no campo do pensamento econômico, como perspectiva interdisciplinar.

Foi um grande economista, John Stuart Mill quem disse que o economista que é apenas economista não é bom economista. Mais que uma frase, é preciso ver nisto um programa. Um programa que no caso do curso de Economia da FACE/UFMG temos procurado realizar mediante uma estrutura curricular que busca incorporar, apropriadamente: a) métodos quantitativos; b) diversas correntes do pensamento em Economia; c) história econômica; d) várias disciplinas do campo das ciências sociais aplicadas como geografia, sociologia, direito, entre outros instrumentos à compreensão de uma realidade inescapavelmente abrangente.

Para dar conta destes vários desafios o Curso de Economia da FACE/UFMG, seja no âmbito da graduação, seja no âmbito da pós-graduação, tem procurado contemplar em seus currículos, tanto as várias correntes relevantes do pensamento econômico, quanto discutir as decisivas questões do mundo contemporâneo referentes: aos grandes aglomerados urbanos; aos problemas da sustentabilidade ambiental; aos novos processos produtivos e seus impactos sobre o mundo do trabalho; às variadas implicações das grandes transformações tecnológicas.

Uma mostra desse esforço pode ser vista no Quadro 2, que transcreve o currículo do curso de graduação em Economia da FACE/UFMG no primeiro semestre de 2006.

**Quadro 2 – Currículo do Curso de Graduação em Economia  
1º SEMESTRE 2006**

<b>DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS – CURRÍCULO VERSÃO 2003/1</b>
Análise de Balanços Macroeconomia I História Econômica Geral Estatística Econômica I Matemática I
Economia Matemática História do Pensamento Econômico Macroeconomia II Microeconomia A-1 Estatística Econômica II
História Econômica do Brasil Macroeconomia III Economia Política Microeconomia A-II Econometria I
Economia Internacional Macroeconomia IV Microeconomia A-III Microeconomia A-IV Economia Brasileira Econometria II
Metodologia da Economia Técnicas de Pesquisa em Economia Estudo Orientado em Economia Monografia
<b>DISCIPLINAS OPTATIVAS – CURRÍCULO VERSÃO 2003/1</b>
Tópicos em Economia: Industrializações Comparadas Desenvolvimento Econômico Economia Industrial Tópicos em Desenvolvimento Econômico e Regional: Moeda, Bancos e Desenvolvimento Tópicos em Desenvolvimento Econômico e Regional: Economia Urbana Economia Regional
<b>NÚCLEO: ECONOMIA POLÍTICA E HISTÓRIA ECONÔMICA – G8</b>
Tópicos em Economia: Industrializações Comparadas Tópicos em Economia Política e História Econômica: História, Literatura e Capitalismo Tópicos em Economia Política e História Econômica: Crise e Reestruturação Industrial Tópicos em Economia Política e História Econômica: Economia Política II História Econômica de Minas Gerais

<b>NÚCLEO: ECONOMIA SOCIAL – G4</b>
Economia do Trabalho Tópicos em Economia Social: Economia da Saúde Tópicos em Economia Social: Microeconometria Aplicada Tópicos em Economia Social: População e Políticas Sociais Metodologia de pesquisa em Mercado de Trabalho Demografia Econômica
<b>NÚCLEO: ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO E DA REGULAÇÃO – G3</b>
Tópicos em Economia do Setor Público e da Regulação: Regulação Econômica Tópicos em Economia do Setor Público e da Regulação: Defesa da Concorrência e Antitruste Tópicos em Economia do Setor Público e da Regulação: Finanças Públicas Tópicos em Economia do Setor Público e da Regulação: Política, Mercado e Instituições Tópicos em Economia do Setor Público e d Regulação: Economia Institucional
<b>NÚCLEO: ECONOMIA DE EMPRESAS E FINANÇAS – G2</b>
Tópicos em Economia d'e Empresas e Finanças: Fundamentos Macroeconômicos para Decisões Empresariais
<b>OPTATIVAS ISOLADAS</b>
Tópicos em Economia: Contabilidade Social

Mais que construir uma grade curricular abrangente, o esforço que se coloca, para a justa compreensão dos processos econômicos, é reconhecê-los como processos histórico-sociais carregados de intencionalidades e interesses, processos resultantes de escolhas que traduzem a desigual distribuição do poder na sociedade e a desigual apropriação e distribuição da riqueza social.

Neste sentido, é preciso reconhecer que toda Economia é Economia política, no sentido em que todo ato econômico, mesmo a troca simples, é sempre um ato que pressupõem direitos, remetendo, para lembrar, a classificação das ciências de Aristóteles, às *ciências práticas*, à ética e à política, campos aos quais a Economia está adscrita.

Celso Furtado, nosso grande economista, disse em um de seus últimos livros:

O valor do trabalho de um economista como de resto de qualquer pesquisador, resulta da combinação de dois ingredientes: imaginação e coragem para arriscar na busca do incerto. As ciências, e aqui incluo as ciências sociais, e em particular a Economia, evoluem graças aos que são capazes de ultrapassar certos limites. Mas não basta armar-se de instrumentos eficazes para alcançar esse objetivo. Atuar de forma consistente no plano político, portanto, assumir a responsabilidade de interferir num processo histórico, impõe ter compromissos éticos. [...] Minha longa caminhada foi balizada por duas referências que creio maiores: o compromisso ético com valores universais e a confiança na liderança de forças

sociais cujos interesses se confundem com os da coletividade nacional (Furtado, 2002, p. 79-80).

Eis o caminho de Celso Furtado, o caminho de um homem excepcional, rara combinação de grande intelectual e homem de ação, caminho marcado ainda por uma grande dualidade, que ele articulou com superioridade: a capacidade de juntar o universal e o local, as grandes conquistas do espírito humano colocadas a serviço da plena emancipação de sociedades historicamente concretas.

Como traduzir estes altos e necessários princípios num em uma grade curricular? E diga-se isto com os devidos cuidados para que não se pense que se defende aqui que os economistas sejam seres superiores pelo alto destino de suas ocupações. Na verdade, a nossa profissão será tão digna quanto qualquer outra desde que igualmente referenciadas às exigências éticas. No caso do Curso de Economia da FACE/UFMG temos tentado honrar o melhor da profissão, tanto pela busca ao atendimento àquela advertência de John Stuart Mill, quanto ao desafio de Celso Furtado.

É certo que os economistas se caracterizam mais por suas escolhas, que pelas escolas de pensamento que dizem perfilhar, até porque não há neutralidade nos propósitos e práticas das correntes de pensamento. É certo, também, que não é legítimo no âmbito da Universidade, em seu sentido próprio e indisponível, subtrair ao estudante qualquer uma das correntes constitutivas do pensamento econômico. À Universidade cabe apresentar aos estudantes, o mais abrangente e contextualizadamente possível, as diversas correntes, métodos e práticas produzidos no âmbito do pensamento econômico.

Mais que isso, mais que formadora de profissionais capacitados, mais que produtora de conhecimento novo, mais que transmissora do conhecimento produzido alhures, a Universidade deve ser, também, guardiã do melhor do patrimônio filosófico e cultural da humanidade; e, de forma muito específica nos países subdesenvolvidos, a Universidade não pode deixar de ser instrumento do desenvolvimento econômico e social, isto é, do desenvolvimento que signifique tanto a plena distribuição dos frutos da riqueza, quanto a melhoria da qualidade de vida do conjunto da população de forma sustentável.

## 5 Referências

FURTADO, Celso. *Em busca do novo modelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

IPEMG. Instituto de Pesquisas Econômicas de Minas Gerais. *Relações interindustriais no Estado de Minas Gerais – 1953*. Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade de Minas Gerais, 1957.

PINTO, Yvon Leite de Magalhães. Discurso de paraninfo. In: *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas*, ano 3, n. 6, jul.-dez. 1954.

PINTO, Yvon Leite de Magalhães. *O movimento "estudantil" na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1963.